

# Um golpe político planejado

por José Casado  
de Brasília

Foi um golpe político, de grave importância para a História do País e para o futuro das relações econômicas internacionais. O presidente da República, José Sarney, expôs à Nação uma ameaça externa à estabilidade do seu governo e do regime democrático, convocou o povo e a elite, o capital e o trabalho, a uma absoluta unidade "em torno dessa luta".

No primeiro instante obteve êxito. O adversário externo — o credor estrangeiro — teve a demonstração, em ritual solene, da explícita solidariedade de todos os partidos políticos no Congresso e também da fina sintonia dos poderes constituídos, com aval militar, na reunião do Conselho de Segurança Nacional. Nela o presidente, os comandantes das três armas, os ministros e os chefes do Legislativo e do Judiciário votaram, simbolicamente, a decisão de suspender o pagamento dos juros da dívida externa, estimada em US\$ 108 bilhões.

Simultaneamente, Sarney restabeleceu as energias políticas de seu governo e impôs à comunidade financeira internacional uma condição essencial para qualquer entendimento futuro: "Que não comprometam os objetivos do crescimento nacional".

Foi um golpe planejado, matura-

do e articulado durante os últimos dezoito meses, desde que decidiu ir à Organização das Nações Unidas (ONU), em 1985, e advertir os governos dos países industrializados que considerava a dívida "uma conta que se paga com a democracia", na medida em que impunha às nações da América Latina a recessão, o desemprego, a inflação, o crescimento da miséria e da violência. Então, um restrito grupo de trabalho foi criado, informalmente, no governo.

O cronograma começou a ser definido em meados do ano passado, quando o governo sentiu o peso político da retomada da inflação e a tendência de exaustão das reservas cambiais, com o aumento do nível de consumo.

Sarney, então, fez dois movimentos: deu sinal verde ao ministro Dilson Funaro para acelerar o planejamento da suspensão de pagamentos da dívida, mas, ao mesmo tempo, abriu espaço político para que o banqueiro Fernão Bracher, presidente do Banco Central, ampliasse as gestões com os credores em torno de novos empréstimos. Em dezembro, Bracher — que sempre resistiu à ideia da suspensão dos pagamentos — tinha algumas cartas de intenção de bancos privados para pequenos empréstimos ao Brasil.

Inexistia, porém, sinal claro sobre a disposição de um acerto

mais amplo. Em janeiro, com as reservas já em nível crítico, Sarney autorizou Funaro a enfrentar os governos das nações credoras: o acordo com o Clube de Paris, que até então insistia na necessidade de aval do Fundo Monetário Internacional (FMI), saiu depois que o governo dos Estados Unidos assustou-se com a autorização de Sarney ao ministro da Fazenda para romper as negociações formalmente.

Feito o acerto com os governos, sem o FMI, o passo seguinte da operação foi remover o foco interno, no governo, de resistência ao plano: o presidente do Banco Central, Fernão Bracher. O argumento final está relatado pelo próprio Sarney no seu discurso de sexta-feira: Nos dois anos de seu governo "nem um dólar líquido" entrou no País; ao contrário, "tivemos uma saída líquida de US\$ 1,4 bilhão" e 1987 começou com evidentes sinais dos bancos privados estrangeiros de que não haveria dinheiro para o Brasil.

A mais objetiva demonstração foi dada pelo presidente do Citibank, John Reed, há duas semanas, numa entrevista a um jornal norte-americano. O Citibank, maior credor individual do Brasil, recusou-se a negociar sem o aval do FMI a um rígido programa econômico de contenção da inflação. Foi o ato definitivo.